

Feminização do envelhecimento: quem são as pessoas idosas usuárias dos serviços para a terceira idade?

Anandra Vitório Vasconcelos¹

Resumo

Este artigo trata sobre o processo de envelhecimento cercado por questões intrínsecas à formação do Brasil. Nota-se que esse processo é heterogêneo e que os demarcadores de classe, gênero e raça/etnia são imbricados e determinantes. Ademais, analisa-se o envelhecer de idosas que frequentam as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs) e explora-se o perfil delas. Outrossim, trata-se de um estudo teórico, de base bibliográfica, com escolha intencional das referências. Diante disso, conclui-se que os cursos têm boa aceitação pelo discurso da terceira idade e do envelhecimento ativo; entretanto, os demarcadores estudados implicam no perfil de usuários que têm acesso às atividades oferecidas.

Palavras-chave

Envelhecimento; Terceira Idade; Envelhecimento Ativo; Gênero; UNATIs.

Feminization of aging: who are the elderly users of services for the third age?

Abstract

This article addresses the aging process, which is deeply intertwined with the historical formation of Brazil. It highlights that this process is heterogeneous and that class, gender, and race/ethnicity markers are intertwined and decisive. Furthermore, it analyzes the aging experiences of older women who attend Open Universities for the Third Age (UNATIs) and explores their profile. Additionally, it is a theoretical study based on bibliographic research with an intentional selection of references. In light of this, it was concluded that the courses are well accepted due to the discourse surrounding older adulthood and active aging; however, the markers analyzed influence the profile of users who have access to the activities offered.

Keywords

Aging. Third Age. Gender. Active Aging. UNATIs.

Artigo recebido em setembro de 2025

Artigo aprovado em novembro de 2025

Introdução

A realidade brasileira perpassa questões sociais que se desenvolveram com base no próprio processo de formação da sociedade. Nesse sentido, é possível perceber que essas questões vêm sendo analisadas para além da dimensão de classe, com a inclusão de outros determinantes importantes, como as desigualdades de gênero e as raciais. Nessa perspectiva, o processo de envelhecimento não pode ser deslocado da realidade concreta da sociedade brasileira, e as velhices dela decorrentes são diversas e plurais, mas com homogeneidades entre os que vivenciam as mesmas condições materiais de existência.

Isso porque, com base em Teixeira (2023), “o homem não vive em estado natural, mas, ao contrário, é sempre um ser social, que constrói suas condições de existências e reprodução social” (Teixeira, 2023, p. 49). Assim, seu envelhecimento não se dissocia destas condições sociais na sua totalidade social, pois, conforme a autora, “envelhecer, nessas circunstâncias, implica considerar não apenas como contexto ou pano de fundo a realidade social em que se vive, constrói, reproduz e, portanto, em que se envelhece”, mas deve-se tê-la como determinante fundamental nas análises do envelhecimento e das velhices. (Teixeira, 2023, p. 49)

A particularidade da realidade brasileira de hoje, fruto de um passado histórico que se reatualiza constantemente, foi e é permeada de superexploração e de discriminações diversas, como racismos, sexismos, etarismos. Assim, as mulheres negras, velhas e de periferia estão na base da pirâmide das desigualdades, com velhices atravessadas por múltiplas expressões da questão social. Essa realidade socioeconômica, política, social e cultural acaba acompanhando e afetando também o processo de envelhecimento populacional. Neste artigo, buscou-se dar foco às questões que interligam envelhecimento e gênero, sendo impossível, porém, não trabalhar seu imbricamento com outras categorias, como de as classe e raça/etnia.

As Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs são molas propulsoras do denominado envelhecimento ativo e saudável, proposto pela OMS, como resposta ao isolamento, à solidão e falta de inclusão social de pessoas idosas, que nesta fase da vida podem dedicar seu tempo livre a ações que garantam uma velhice ativa e participativa. As ações se dão no meio acadêmico como atividade extensionistas com inúmeros cursos e oficinas que garantem informação, lazer, atividade físicas, lúdicas, recreativas, artísticas, dentre outras. Mas emerge a problemática: que grupos de pessoas idosas são mobilizados por este tipo de ações extensionistas? Seriam as mulheres o público hegemônico? Se sim, por quê? O que explica essa procura?

Para responder a estes questionamentos, realizamos uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica, para desenvolver nossa hipótese e continuar a pesquisa com a escuta deste público em um dos programas destas UNATIs. O resultado inicial desta pesquisa teórica foi dividido em duas seções: a primeira discute o envelhecimento no Brasil à luz das categorias de classe social, gênero e raça/etnia, sobre como essas categorias determinam o processo de envelhecimento da população brasileira; a segunda seção, mediante busca de pesquisas sobre o perfil das pessoas idosas que frequentam UNATIs no país, discute o processo de feminização do público destas ações extensionistas e busca responder ao problema de pesquisa: por que as mulheres são mais adeptas a este tipo de atividade?

Envelhecimento no Brasil: imbricamentos de classe, gênero e raça/etnia

A compreensão do envelhecimento enquanto um processo atual se faz cada vez mais necessária na sociedade; isso se dá ao fato de que a população mundial está envelhecendo cada vez mais e esta realidade também pode ser observada no Brasil. Nesse sentido, é importante perceber e analisar esse fenômeno em suas particularidades, uma vez que, ao entender este processo como biopsicossó-

cial, a fase da velhice se apresenta de diferentes modos para cada grupo de indivíduos; ou seja, o envelhecimento se dá de forma heterogênea, sendo a população de pessoas idosas composta por vários grupos com características distintas entre si e características comuns no interior de seu grupo. As distinções se dão por diferentes causas; uma delas são as condições materiais de existência dentro das quais os indivíduos envelhecem.

Esse ponto de partida implica romper com o envelhecimento abstrato, naturalizante e biologizante, como um ciclo natural da vida comum a todos, desde que não morram jovens. Nada mais abstrato e sem concretude real do que esta denominação. O sujeito real envelhece dentro de uma sociedade marcada por relações determinadas de produção e reprodução social, separadas por classes sociais antagônicas, que marcam toda a sua existência, do nascer ao morrer. Logo, um primeiro determinante das heterogeneidades no envelhecer e das velhices é o determinante de classe. Um abismo separa as duas formas de envelhecer entre classes dominantes e dominadas, cada uma com várias frações de classes que podem dar outras características particulares ao envelhecer.

A formação da sociedade brasileira se deu sobre o escravismo, a superexploração da força de trabalho ocupada e enormes excedentes de força de trabalho, jogados para fora para garantir a superexploração, com vida produtiva incerta, sem proteção social, separados apenas de uma camada ainda mais excluída: o pauperismo absoluto dos pobres estigmatizados e marginalizados. Atribui-se essa realidade à própria formação da sociedade brasileira, que envolveu, e ainda envolve, questões relacionadas aos mais diversos tipos de superexploração e de discriminação.

O envelhecimento da classe trabalhadora é totalmente diferente do da classe dominante, branca, de ancestrais europeus, que concentra e centraliza as riquezas e, com elas, os acessos aos bens e serviços criados por esta sociedade.

Na classe trabalhadora — a dos que vivem do trabalho —, os inseridos formalmente no mercado de trabalho e nos melhores postos de trabalho, no campo público e privado, formam uma verdadeira classe média, à qual se aproximam os profissionais liberais e outros mais bem posicionados na escala de acesso aos bens e serviços. Aqueles com menores salários, os excluídos jogados na informalidade para poderem sobreviver, que vivem na periferia em meio à pobreza, têm condições de vida rebaixadas em suas necessidades sociais. Abaixo deles, os pobres desvalidos, marginalizados e estigmatizados.

Esta sociedade capitalista periférica reproduz inúmeras formas de discriminação, estereótipos e preconceitos para rebaixar, diminuir, subalternizar e inferiorizar o “outro”, diferente do hegemônico. São relações de poderes assimétricos que favorece o homem de posse, branco e heterossexual. Saffioti (1992) debate os conceitos da categoria “poder” entre os mais diversos pensadores e, embora não haja consenso entre eles, nota-se que esta dita exatamente sobre “a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados” (Saffioti, 1992, p. 185).

Diante disso, destaca-se ainda que “exploração é definida como um processo ou mecanismo da expropriação de um excedente produzido por uma classe produtora para benefício de outra classe” (Arruzza, 2015, p. 39). Mas, o que é comum na periferia do sistema capitalista, no qual o Brasil está inserido, é a superexploração, que segundo Marini (2000) é caracterizada pelo uso intensivo e extensivo da força de trabalho e rebaixamento da sua remuneração, sendo que o fundo para manutenção da força de trabalho também é expropriado pelas burguesias nacionais. Isso difunde pobreza, mesmo para os inseridos no mercado formal de trabalho.

Mas, essa força de trabalho, inserida ou no excedente e os desvalidos, tem sexo e cor da pele, lugar de origem, cultura, religião, dentre outros. Em relação ao sexo são criadas as relações de gênero, uma construção social do masculino e do feminino que inferioriza as mulheres, rebaixa-as na escala de poderes frente aos homens, lhes atribui

características naturais, domésticas que lhes afetam a sua cidadania. Todavia, o gênero determinado pela divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado não atinge a todas as mulheres de forma igual, depende da sua posição de classe e de raça/etnia.

Na pirâmide das desigualdades sociais, conforme Biroli (2016), as mulheres negras estão na base, acima delas os homens negros, acima deles as mulheres brancas e no topo, acima de todos, os homens brancos. E essas assimetrias são formas de dominação e usadas para explorar. Como destaca Saffioti (1987, p.91) “tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração”.

O racismo, como bem destacou Moura (2002), é uma ideologia da dominação que inferioriza os negros para dominá-los, infernizando-os pelos seus fenótipos, cultura e religião. Essa construção social persiste até os dias atuais e é um demarcador de não inserção social, de escassos acessos, de pobreza e discriminações. Especialmente quando estão na fase da velhice, em que o racismo e o sexismo se somam ao etarismo, afetando duramente as mulheres negras e pobres.

Ainda diante dessa análise, é válido ressaltar, na medida em que essas relações de poder se desenvolvem, que estas desigualdades sociais são criadas e reproduzidas, elas atingem todo o processo de envelhecimento das pessoas sobre as quais são dirigidas estas discriminações. Desse modo, é possível deparar-se com situações distintas referentes ao processo de envelhecimento entre empregado e empregador; entre brancos e negros e entre homens e mulheres. Portanto, infere-se que os indicadores de raça/etnia, classe e gênero impactam de forma notável na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, no modo de envelhecer de cada um.

Assim, com base na reflexão trazida, vale destacar como é importante a afirmação de Vasconcelos e Teixeira (2023) a seguir:

O envelhecimento, portanto, deve ser compreendido na perspectiva biopsicossocial e levar em consideração que cada indiví-

duo, conforme sua filiação de classe, sexo e cor da pele tem uma trajetória de vida diferente e alguns com marcas de opressões, explorações e maior desigualdade social que os aproximam ou geram diferenças abismais (Vasconcelos; Teixeira, 2023, s.p).

O estudo das desigualdades de gênero não pode deixar de considerar as desigualdades de classe e de raça/etnia, pois, estas estão imbricadas, ocorrem simultaneamente, sem hierarquias, do “antes” e do “depois”, ocorrem ao mesmo tempo, uma atuando sobre as outras, gerando uma escala de desprivilégios sociais, que é mais nefasto às mulheres, mas dentre elas as negras e pobres. Desse modo, o gênero é racializado e classicizado.

Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (Saffioti, 1987, p. 16).

Na formação social da sociedade brasileira, pode-se perceber que a classe trabalhadora foi majoritariamente formada por brancos imigrantes europeus e os que outrora foram explorados (o escravo, negro ou mulato, indígena ou mestiço) adentraram a classe trabalhadora sempre como excedente jogado fora, nas relações de trabalho mais precárias e de alta exploração sem proteção social. Nesse caso, o ciclo de exploração continuou e, dessa vez, sendo reproduzido a partir da estrutura das classes. Essas relações, à medida em que se desenvolvem, se reproduzem até os dias atuais, com pequenas alterações, e acabam interferindo no processo de envelhecimento dos indivíduos. Por essa razão, as referências utilizadas nesta pesquisa são da Gerontologia Social crítica, que parte do homem concreto em meio as suas relações sociais e a totalidade social.

Nota-se, portanto, que a classe trabalhadora, que vive do trabalho, ao envelhecer, é a que mais sofre com adoecimentos, dependência de cuidados, abandonos, negligências, baixa renda, solidão, isolamentos,



entre outros problemas sociais relativos às relações de exploração no mundo do trabalho produtivo ou do trabalho reprodutivo, doméstico, predominantemente realizado por mulheres sob relações assimétricas em relação aos homens e sua importância na vida familiar.

As mulheres, mesmo trabalhando fora de casa, no dito trabalho produtivo, ainda assim dedicam mais horas do seu dia no trabalho doméstico, dos cuidados, tomada como atribuição natural da sua condição de feminilidade, que amplia a exploração e a dominação sobre elas.

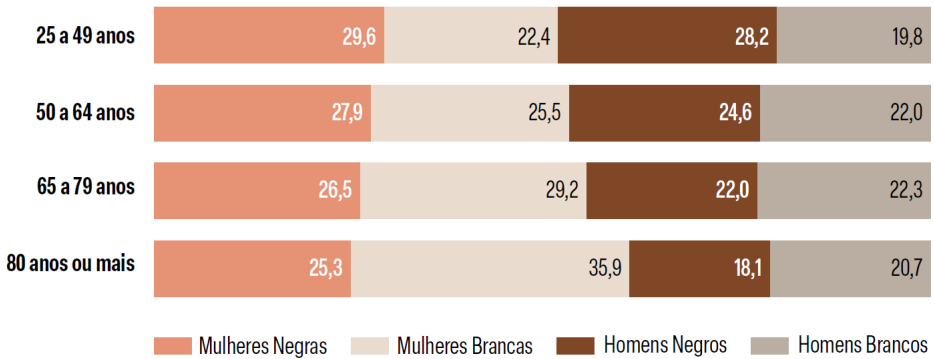
Para Saffioti (1987) “tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem” (Saffioti, 1987, p. 51), isso revela o fato de a mulher estar ainda sujeita à exploração do homem nos mais diversos campos da sociedade. Ainda na mesma linha, a autora afirma:

Na qualidade de discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (Saffioti, 1987, p.51).

Os adoecimentos na velhice, dependência de cuidados nesta fase da vida, quando elas dedicaram a vida inteira em cuidar, se reveste em uma situação perigosa para as violências de gênero. Elas, ainda que já vivendo a velhice, ainda são as cuidadoras, condição que, segundo Paixão (2023), tem “desafios enfrentados pelas mulheres, sejam elas idosas ou não, também se desdobram em adoecimentos psíquicos, desencadeando transtornos depressivos ou de ansiedade” (Paixão, 2023, p.189).

Apesar das adversidades e da exploração-dominação das mulheres, elas estão envelhecendo e têm uma sobrevivência maior depois dos 60 anos de idade que os homens, conforme a figura 1.

Figura 1 | Representação da distribuição dos grupos por raça, gênero e faixa etária.



Fonte: Vieira, 2023, p. 16.

A análise do gráfico reforça o fato de mulheres estarem envelhecendo mais que homens. Ao explorar as faixas referentes às idades de 65 a 79 anos e 80 anos ou mais, que aqui no texto representaremos por Faixa 1 e Faixa 2, respectivamente, nota-se que a soma referente a mulheres negras (MN) e mulheres brancas (MB) é maior que a soma entre homens negros (HN) e homens brancos (HB). É possível notar que, na Faixa 1, tem-se MN+MB (26,5+29,2) que corresponde a 55,7, enquanto HN+HB (22+22,3) totaliza 44,3. Na Faixa 2, é possível perceber que MN+MB (25,3+35,9) é igual a 61,2 e HN+HB (18,1+20,7) resulta em 38,8. Os resultados apontam um quantitativo maior de mulheres que de homens. Contudo, ressalta-se que essas mulheres são na maioria brancas, especialmente, no grupo de idosos a partir dos 80 anos, não acompanhado na mesma proporção pelas mulheres negras que morrem antes, com sobrevivência menor depois dos 60 anos.

Os estudos de Hirata (2014) também apontam que “no caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas” (Hirata, 2014, p.64), essa realidade acaba provocando também conse-

quências negativas em suas velhices, uma vez que, na fase em que deveriam “descansar”, acabam ainda por se dedicar ao trabalho doméstico não remunerado, como em um ciclo que não tem fim.

Ao contrário, as mulheres brancas com trabalho remunerado, fora de casa, sempre contaram com uma rede de serviços, geralmente prestado por mulheres negras cuidando de suas casas e filhos. Estas últimas, ao chegarem em suas moradias, continuam cuidando agora de seus próprios lares, filhos e maridos. Logo, a velhice das mulheres também guarda diferenciações em relação à sua classe de origem e a cor da pele. Assim, busca-se saber que mulheres podem gozar a velhice como a chamada “terceira idade”, idade do lazer, prazer e hedonismo?

Universidades abertas à terceira idade: que mulheres frequentam essas ações extensionistas?

O envelhecimento populacional brasileiro na atualidade traz diversas nuances que se distinguem desse mesmo processo que ocorria em décadas passadas. Nota-se que, em busca do chamado envelhecimento ativo e melhoria na qualidade de vida, padrão de políticas públicas posto pela OMS, parte da população idosa tem recorrido a hábitos mais saudáveis e que priorizam também o bom desenvolvimento social. Para Fontenele e Costa (2020), “a longevidade da população é hoje uma realidade e com ela surgem novos desafios a cada dia, no tocante, por exemplo, à implementação de Políticas Públicas” (Fontenele; Costa, 2020, p.161). Para as autoras, ainda é necessário considerar “de um lado a necessidade da garantia de direitos e de outro a importância da mudança de práticas e conceitos sobre a velhice e o envelhecimento”.

As Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs aderiram facilmente ao ideário da terceira idade, do envelhecimento saudável e ativo, que buscava ressignificar o envelhecimento e a velhice de uma fase de decadência e improdutividade, em um momento prazeroso e de novos projetos de vida, sem levantar questionamentos sobre que público

aderia a este ideário ideologizado. Diante desse cenário é importante destacar a inserção do público idoso em atividades desenvolvidas nas Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs. As UNATIs configuraram-se como extensão universitária e, a esse respeito, para melhor compreensão, pode-se destacar o trazido por Paula (2013):

É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (Paula, 2013, p. 20).

Nesse contexto é que as UNATIs se enquadram, além disso, é importante enfatizar que a extensão, conforme Fontenele e Costa (2020) é garantida pela Política de Educação Superior e regulada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além disso, destaca-se a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, referente ao Estatuto da Pessoa Idosa, como importante marco de garantia dos direitos da pessoa idosa a essa política em seu Título II, que aborda os Direitos Fundamentais, no Capítulo V e artigo 20: “A pessoa idosa tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (Brasil, 2003, s.p).

Nesse sentido, “as questões que perpassam a vida da população idosa estão presentes no contexto das prioridades da política de extensão” (Fontenele; Costa, 2020, p.166). Para as autoras, mais uma vez, isso “remete ao reconhecimento de que o envelhecimento populacional, assim como a atenção às necessidades decorrentes desse processo e a atenção ao público idoso em suas diferentes dimensões, precisa ser alvo da atenção da universidade”.

Não restam dúvidas da importância da articulação ensino/pesquisas/extensão, nem da importância de suas ações, mas há escassa



discussão do ideário do envelhecimento saudável, do público a que ele se dirige, de quem pode comprar ou aplicar e replicar as receitas gerontológicas do “bem viver a velhice”, ou seja, mulheres na sua maioria, brancas e de classe médias ou da classe trabalhadora com acesso à aposentadoria pelos anos de trabalho com carteira assinada e cidadania do trabalho.

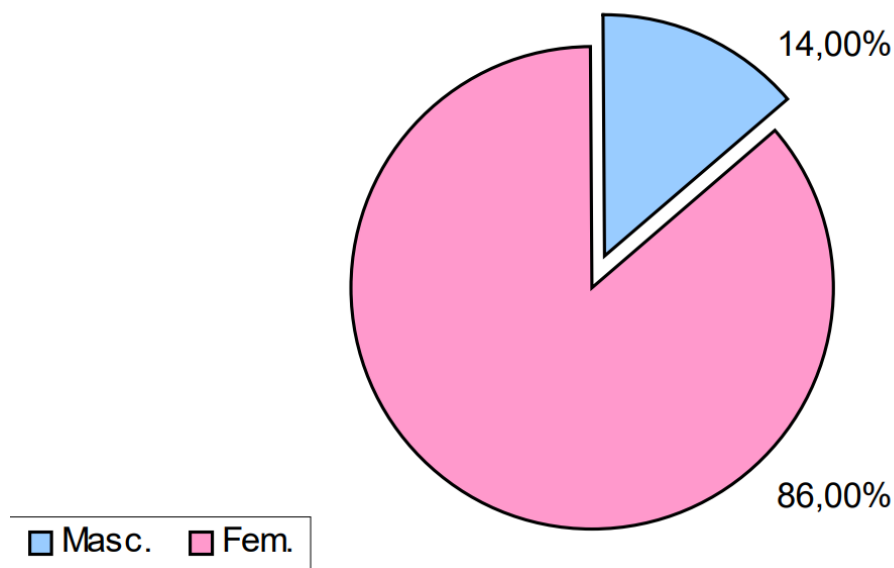
Dentre os aspectos positivos destas ações de extensão, destacam Vasconcelos e Teixeira (2024):

[...] tem-se a inserção de pessoas idosas que cooperam, compartilham ideias e saberes e contribuem com o desenvolvimento social e até econômico, a depender das atividades por elas escolhidas. Além disso, há grande contribuição para o desenvolvimento da saúde, uma vez que a participação no programa permite acesso a informações que possibilitam maiores cuidados com a saúde física e mental (Vasconcelos; Teixeira, 2024, p. 351-352).

A realidade do envelhecimento brasileiro, que foi trazida no tópico anterior, revela o que podemos chamar de feminização do envelhecimento, ou seja, no Brasil, as mulheres têm alcançado mais a velhice que os homens. Em consequência disso, é possível notar que as mulheres idosas têm ocupado mais espaços que os homens idosos nos diversos programas e serviços dirigidos às pessoas idosas. No caso específico das UNATIs, quem são estas mulheres idosas? De que classe provêm?

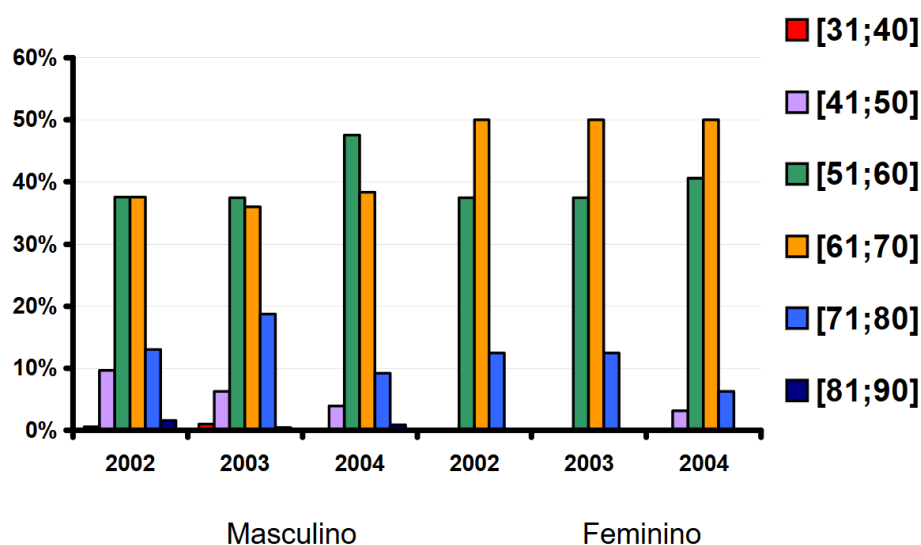
Para ajudar na compreensão e na melhor visualização do perfil dos participantes do programa, apresenta-se as figuras a seguir. Elas foram retiradas de pesquisas realizadas em diferentes estados do Brasil e representam a participação das pessoas idosas nas Universidades Abertas à Terceira Idade em períodos distintos. Nota-se que em todos os casos a participação de mulheres ganha maior destaque que de homens.

Figura 2 | Distribuição das pessoas idosas da UNATI/UFPE, por sexo, em 1998.



Fonte: Barreto, 1999, p. 55.

Figura 3 | Distribuição das pessoas idosas da UNESP-UNATI do Campus de Presidente Prudente, por sexo, de 2002 a 2004



Fonte: Converso; Iartelli, 2005, p. 7.

A Figura 2 representa, através de um gráfico de setores, a participação de homens e mulheres na UNATI da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1998. Nessa figura, é possível perceber que há maior participação de mulheres do que de homens. A saber, a participação feminina é de 86%, enquanto a masculina corresponde a apenas 14%. Há, portanto, bastante diferença no que diz respeito à participação no que corresponde às categorias por sexo. Ainda sob essa perspectiva de observação, na Figura 3, pode-se notar que na UNATI da Universidade Estadual Paulista – UNESP, no período de 2002 a 2004, o público idoso que pode ser analisado entre as idades de 61 a 90 anos (que se apresentam nas colunas representadas nas colorações amarela, azul clara e azul escura) também é maior representado pelo público feminino.

As explicações estão para além do fato de mulheres viverem mais que os homens, pois nestes espaços, elas circulam livremente, fazem escolhas dos cursos que desejam, fazem novas amizades, dando um novo sentido à ideia de liberdade, isso porque, como destaca Santos (2023) “os espaços sociais ocupados, bem como as proibições em torno do sexo, se alicerçam numa pretensa base biológica e na divisão sexual do trabalho” (Santos, 2023, s.p), que as mantiveram presas ao lar, à vida doméstica e familiar. Essas restrições são amenizadas na velhice, especialmente de mulheres viúvas, solteiras, divorciadas, principalmente, aquelas que tiveram melhores condições de vida e trabalho, como as mulheres brancas da classe média.

O que não significa que as relações opressoras de gênero não as determinam, também isso pode ser notado durante a velhice e avaliado sob a ótica comumente reproduzida na sociedade do “lugar de homem” e “lugar de mulher”. Diante disso, observa-se que os programas e serviços para a terceira idade não são tidos como lugares de homem, haja vista a participação desse público ser muito pequena em comparação com a participação de mulheres.

Portanto, “as condições em que vivem homens e mulheres são produtos de construções sociais e não determinadas por um destino

biológico de indivíduos distintos, mas consistem em dois grupos sociais engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo” (Santos, 2023, s.p), que os distingue até na velhice, como nos gostos ou no que podem participar.

Figura 4 | Distribuição das pessoas idosas Da UNATI da PUC Goiás

Variáveis	Calouro	Veterano	p-valor
Idade (anos)			0,587
60 a 69	30 (60%)	32 (64%)	
70 a 79	17 (34%)	17 (34%)	
80 a 90	3 (6%)	1 (2%)	
Sexo			0,046
Masculino	8 (16%)	2 (4%)	
Feminino	42 (84%)	48 (96%)	
Cor/Etnia			0,884
Branco	29 (58%)	28 (56%)	
Negro	5 (10%)	4 (8%)	
Pardo	16 (32%)	18 (36%)	

Fonte: Adamo *et al*, 2017, p. 555.

Na Figura 4, tem-se o recorte de uma tabela produzida no ano de 2017 a partir dos participantes da UNATI da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Nela, assim como nas figuras anteriores, apesar da delimitação mais recente do tempo, pode-se notar que predomina a participação das mulheres. Além disso, pode-se ainda notar que a participação de pessoas brancas é maior que a participação de pessoas negras e pardas, o que exemplifica o fato trazido anteriormente sobre a diferença entre o envelhecimento por raça/etnia.

Além disso, apesar da adesão ao discurso da terceira idade ser um atrativo para as mulheres aposentadas e pensionistas, ela não ocorre de forma homogênea. Primeiramente, nota-se que são mulheres brancas e de classe média aposentadas ou pensionistas e; posteriormente, em minorias, estão as negras e de periferia, para as quais a inserção em universidades está interdita. Isso, também está relacionado ao





seu nível de escolaridade mais inferior em relação à mulher branca. Assim, “acrescentando-se a variável gênero a esse comparativo, observamos que o percentual de mulheres idosas pretas que nunca foi à escola é maior do que o percentual de homens idosos pretos sem escolaridade” (Siqueira; Torres, 2023, p.90).

Nesse sentido, tem-se que “é urgente a necessidade de abordar os diferenciais de gênero envolvidos neste fenômeno, o qual é reforçado pelas concepções sociais das mulheres como subalternas e inferiores, conseqüentemente, tornando-as mais vulneráveis e suscetíveis” (Paixão, 2023, p.188), mas descortinando as homogeneidades, como se as relações de gênero fossem vividas por todas as mulheres da mesma forma. Portanto, compreende-se que o gênero é racializado e classicizado. Ademais, infere-se que investigar sobre a classe destas mulheres e por que aderem mais do que os homens e outras mulheres ao discurso da terceira idade, aos programas e serviços da terceira idade, é tarefa para uma pesquisa que as escute e resgate as suas trajetórias de vida.

Conclusão

A compreensão do envelhecimento como um processo biopsicossocial aponta para a análise desse fenômeno sob óticas diversas para além da biológica. Dessa forma, é possível analisá-lo conforme fatores que tangem também o psicológico, o social e o cultural. A construção desta estrutura biopsicossocial é heterogênea, contrária à noção biológica de que todos envelhecem da mesma forma e a partir de certa idade chega-se na velhice, pelas características físicas e fisiológicas. Mas também contrariando as análises culturalistas subjetivistas de que o envelhecimento é tão diversos que varia de pessoa para pessoa.

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, há sempre uma relação entre singularidade e totalidade, mediado pelas particularidades, portanto, só na aparência o envelhecimento é individualizado, singularizado; mas também não é um todo homogêneo, as

particularidades implicam relações do singular com o todo que lhes dão características específicas e gerais, diferenciadas e homogêneas, comuns aos grupos que vivem sob as mesmas condições de exploração, dominação e opressão.

A formação da sociedade brasileira impacta nos modos de envelhecer e viver a velhice neste meio social. Historicamente, viveu-se sob a forma de colonização, mediante exploração e opressão, sob o escravismo dos senhores donos de terras e riquezas, relações capitalistas periféricas amparadas na superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, já se destacavam as relações patriarcais-escravistas e posteriormente capitalistas, nas quais as populações mais atingidas foram as de negros, pobres e mulheres, cuja inserção na classe trabalhadora se deu majoritariamente na forma de excedentes e pobres, sujeitos a todo tipo de trabalho informal.

Nesse cenário, os envelhecimentos e velhices da classe dominante parecem ser de uma espécie diferente dos envelhecimentos e velhices dos operários. Compreende-se ainda que a classe trabalhadora não é homogênea, tem várias frações em que se difere o envelhecimento dos que têm uma trajetória de vida estável, no trabalho formal, com previdência social e cidadania do trabalho, do grupo dos excedentes e na pobreza absoluta. Essas diferenças serão vividas e demarcarão distinções na forma de viver a velhice.

Portanto, a feminização da velhice é uma realidade nas sociedades mundiais e brasileira atribuída aos seus cuidados com a saúde, mas ela é diferenciada entre as mulheres conforme a classe e cor da pele. Elas também são mais adeptas dos programas e serviços para as pessoas idosas, ancorados no envelhecimento ativo e saudável da OMS.

Assim, os apontamentos deste estudo mostram que as Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs, enquanto programa de extensão das Universidades Públicas e que deve disponibilizar espaço e condições para a inserção das pessoas idosas no meio educacional, têm entre as idosas o público mobilizado, a maioria destas mulheres

são brancas, geralmente com melhor nível de escolaridade do que as mulheres pretas e pardas. Mas ainda se aponta como questão para novas pesquisas qual a classe destas mulheres e por que elas aderem melhor aos programas e serviços da dita terceira idade.

Referências

ADAMO, Chadi Emil et al. Universidade aberta para a terceira idade: o impacto da educação continuada na qualidade de vida dos idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, 20, p.550-560, 2017.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33 – 58, 2015.

BARRETO, Kátia Magdala Lima. **Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI/UFPE): um perfil socioepidemiológico dos participantes**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – FIOCRUZ/MS. Recife, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: DF: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, 2003.

CONVERSO, Maria Estelita Rojas. IARTELLI, Isabele. Perfil dos participantes do Núcleo UNESP-UNATI do campus de Presidente Prudente. **Revista Ciência em Extensão**. v. 2, n.1, 2005.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. COSTA, Cristina Moura. Serviço Social e Programas educacionais para pessoas idosas: desafios aos assistentes sociais no PTIA/UFPI. In.: TEIXEIRA, Solange Maria. **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n 1, p. 61-73, 2014.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso 2000.

PAIXÃO, Naylana. Feminização da velhice: desigualdades de gênero e seus impactos no processo de envelhecimento. In.: AZEVEDO, Celina Dias (org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces- Revista de Extensão**, v.1, n.1, p. 05 – 23, jul./nov., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In.: COSTA, Albertina de Oliveira. BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero**. Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, Suelen Lopes dos. **A abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais**. Dissertação em mestrado em Serviço Social. Londrina, 2023.

SIQUEIRA, Cinthia Lucia de Oliveira. TORRES, Lisa Valéria. Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí: ensaio sobre uma educação que (des)inquieta. In.: AZEVEDO, Celina Dias (org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e Família. In.: AZEVEDO, Celina Dias (org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023.

VASCONCELOS, Anandra Vitório. TEIXEIRA, Solange Maria. Educação para pessoas idosas: análise dos fundamentos da proposta de envelhecimento ativo e saudável. In.: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento e Políticas Públicas**. Terra sem Amos: Parnaíba, 2024.

VASCONCELOS, Anandra Vitório. TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e Educação: análise da atuação das UNATIs a partir das perspectivas de gênero e classe. In.: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 11, 2023, São Luís. Anais. São Luís: UFMA, 2023.

VIEIRA, Priscila. (org.). **Envelhecimento e desigualdades raciais**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023.

Notas

- 1 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2018) e especialização em Seguridade Social pela Faculdade Ademar Rosado (2022). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. <https://orcid.org/0009-0005-5594-8987>. E-mail: anandra.seso@gmail.com



